

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: DOIS PASSOS PARA FRENTE OU UM PASSO PARA TRÁS?

*Eduardo Maldonado Filho**

De acordo com a visão predominante nos dias de hoje, a revolução da informática e a liberalização dos mercados estariam, ao globalizarem as relações econômicas, transformando radicalmente a economia e a sociedade contemporânea. Criando, com isso, um mundo totalmente novo e sem qualquer precedente histórico. O processo de globalização estaria não só revolucionando os processos produtivos e, por conseguinte, as próprias relações de trabalhos, mas também a natureza das relações entre as economias nacionais. Assim, as crises econômicas da década de 1970 e a profunda crise do início dos anos 80 teriam demonstrado os limites que as políticas macroeconômicas nacionais anti-cíclicas passaram a ter num ambiente de crescente globalização. O exemplo mais contundente desse fato teria sido o fracasso do programa econômico do Governo Mitterand, de inspiração keynesiana de esquerda, que foi implementado durante o período 1981-83 na França.

Outra consequência importante da globalização da economia estaria relacionada, segundo muitos economistas de esquerda, com a teoria econômica. Ou seja, o processo de globalização, ao alterar as leis que regem o funcionamento das economias capitalistas, teria tornado a teoria econômica de Marx, e as propostas dela derivadas, obsoleta. Argumenta-se, pois, que como estamos diante de um novo sistema econômico, precisamos abandonar, goste-se ou não, os velhos e ultrapassados marcos analíticos e necessitamos desenvolver um novo conjunto de conceitos para se compreender essa nova realidade (i.e., o mundo globalizado) e para orientar a formulação de ações de política econômica.

Conforme indicamos acima, a introdução de novas tecnologias baseadas na revolução da informática estaria, segundo essa visão "moderna", não só propiciando o rápido crescimento da produtividade do trabalho, mas também estaria criando novas exigências em termos das necessidades de qualificação da mão de obra empregada e, o que é mais importante, revolucionando as relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Na esfera da produção, o princípio da hierarquia estaria sendo substituído pelo de trabalho em equipe e, no que diz respeito as relações de trabalho, estaríamos nos encaminhado para uma situação onde o emprego tende a desaparecer. Um exemplo claro dessa visão está presente na seguinte afirmação de James Meadow, presidente para recursos humanos da AT&T,

"as pessoas precisam olhar a si mesmas como auto-empregadas, como vendedoras que vêm a essa companhia vender suas capacitações. Na AT&T, nós temos que promover o conceito de que a força de trabalho é contingente, ainda que a maioria de nossos trabalhadores temporários estejam trabalhando dentro de nossa empresa." (apud, Henwood, Sept. 1996. p. 9).

Mais ainda, segundo James Meadow, os empregos estariam sendo substituídos por "projetos" e "campos de trabalho", o que estaria dando surgimento a uma sociedade que é, cada vez mais, "**sem emprego mas não sem trabalho**". Essas novas relações de trabalho seriam uma das características mais importantes da economia globalizada.

Com a globalização dos mercados houve um grande aumento no grau de mobilidade dos capitais na esfera internacional e isso é especialmente verdadeiro em relação ao capital financeiro. Assim, os capitais podem agora se mover, de forma rápida e com baixos custos, para aquelas regiões do mundo onde eles possam obter o lucro máximo.

* Professor do Departamento de Economia e do Pós-graduação em Economia da UFRGS.

Uma das consequências da elevada mobilidade dos capitais nesse contexto de globalização da economia, é que os governos nacionais perderam a capacidade tanto de implementar as tradicionais políticas macroeconômicas, de inspiração keynesiana, de administração da demanda agregada com vistas a regular o nível de produção e de emprego de seus respectivos países (i.e., a implementação de políticas monetária e fiscal anti-cíclicas), quanto o de implementar modelos alternativos de desenvolvimento das economias nacionais. Nessa nova realidade econômica, não existiria, simplesmente, qualquer alternativa ao neoliberalismo.

Portanto, segundo essa visão predominante, as outras formas alternativas de organização da economia - socialismo e social-democracia - ou a história teria demonstrado sua inviabilidade econômica (esse seria o caso do socialismo) ou, no caso da social-democracia, a globalização teria inviabilizado sua implementação. Dessa forma, goste-se ou não, a única alternativa de regulamentação da economia, num mundo globalizado, seria o neoliberalismo. Em outras palavras, como o processo de globalização é irresistível, e irreversível, o neoliberalismo se constitui na única forma de regulação das atividades econômicas. Segundo essa perspectiva, a oposição ao neoliberalismo não passaria de uma luta quixotesca, ou talvez romântica, de se lutar contra leis inexoráveis da economia - seria equivalente, no mundo natural, a se lutar contra a vigência lei da gravidade.

Segundo os economistas neoliberais, a modernização e o desenvolvimento econômico dos países depende apenas da capacidade dos governos de reformarem as estruturas econômicas de seus países com vistas a adaptá-los ao mundo globalizado, ou seja é imprescindível realizar as seguintes reformas econômicas: abrir a economia à concorrência internacional, propiciar ampla liberdade de movimento ao capital, desregular os mercados internos, em especial o mercado de trabalho, e realizar uma ampla privatização das empresas estatais. Em outras palavras, as reformas econômicas devem ser feitas de forma a permitir a maior liberdade possível ao capital em sua busca do lucro máximo. Se isso for feito, o resultado será o de elevar o crescimento econômico, reduzir o desemprego, eliminar os desequilíbrios no comércio internacional, estabilizar os preços e o próprio sistema econômico - ou seja, criaremos as condições básicas para termos uma economia próspera e eficiente.

Uma grande parcela da esquerda, ainda que muitas vezes sem grande entusiasmo, tem reagido de uma forma resignada ao argumento dos neoliberais. Concordam que a globalização transformou as leis que regem o capitalismo e que, nessa nova realidade, as propostas econômicas da esquerda perderam sua validade e que não existe, de fato, alternativas viáveis as reformas neoliberais. A única divergência dessas correntes - que no passado eram adeptas da ação reguladora do governo na economia - em relação aos neoliberais é a seguinte: os mercados ainda que sejam bastante eficientes, não são perfeitos e, portanto, a ação governamental deve ser usada para aumentar eficácia dos mercados. Por exemplo, a existência de uma força de trabalho que não possua o grau de qualificação necessária as exigências das novas tecnologias, precisa ser treinada através de programas implementados pelo Estado, pois a superação desse entrave através do mercado pode ser demorada ou ineficaz. Assim, o Estado pode, e deve, ajudar a criar as vantagens competitivas que permitam ao seu país vencer na concorrência internacional. Deve-se salientar, no entanto, que a nova estratégia de política econômica dos "modernos social-democratas" é significativamente diferente da posição tradicional. Nessa nova visão, a intervenção (limitada) do governo na economia não mais tem como objetivo central o de defender os interesses dos trabalhadores em contraposição aos dos capitalistas, mas, ao contrário, o de ajudar ao capital "nacional" a vencer na "guerra econômica" que se trava nos mercados internacionais. Assim, defende-se a flexibilização do mercado de trabalho pois permitiria a elevação da competitividade das empresas "nacionais", ainda que implique na redução dos salários reais dos trabalhadores e na precarização do trabalho.

Essa visão hegemônica do mundo atual coloca algumas questões que nos parecem importantes, tanto para a compreensão da realidade quanto para balizar a ação dos trabalhadores:

1º) é verdade que a tecnologia está provocando mudanças radicais no processo de trabalho e nas relações de trabalho?

2º) é verdade que estamos vivendo numa nova era (fase) do capitalismo, uma fase de economia globalizada e que não tem precedente histórico?;

3º) é verdade de que o neoliberalismo promove o crescimento econômico com o pleno emprego e com estabilidade?

4º) é verdade de que a globalização é irreversível e de que não existe alternativa ao neoliberalismo?

1 A Globalização e o Mundo do Trabalho¹

Vejamos, inicialmente, a seguinte questão: as transformações tecnológicas estão trazendo mudanças significativas no qualificação dos trabalhadores que são demandados pela empresas? Ou seja, esta havendo um descompasso, em termos de qualificação, entre a demanda e a oferta de trabalho?

De acordo com Robert Reich, ministro do Trabalho do primeiro governo do Presidente Clinton, no prefácio ao Report on the American Workforce (US Department of Labor, 1994, p. 2), “most of the overall job gains have been in relatively high-paying classifications. The occupations that have shown the most rapid growth over the past decade are those that require high levels of education, training, and specialized knowledge”.

No entanto, o próprio relatório elaborado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), órgão subordinado a sua pasta, não confirmam a análise de Reich. Segundo o Relatório,

“In general, occupations that require a bachelor's degree or other post-secondary education or training are projected to have faster-than-average rates of employment growth. But some occupations requiring less formal education or training also are projected to have above average growth. Also, because their large size, some of the lower growing occupations, though requiring little education and training are expected to add significant numbers of jobs. As a result, the economy is projected to continue to generate jobs for workers at all levels of education and training” (US Department of Labor, 1994, p. 26-28).

Se examinarmos as projeções do BLS para o período 1994-2005, veremos que as 10 ocupações que mais deverão crescer nesse período são as seguintes: (1) caixas; (2) porteiros e faxineiros; (3) vendedores, varejo; (4) garçons e garçonetes; (5) enfermeiras; (6) gerentes gerais e altos executivos; (7) analistas de sistemas; (8) ajudantes domésticos para cuidados médicos; (9) guardas e (10) atendentes de creche. Se considerarmos as 30 ocupações que mais deverão crescer no período 1994-2005, verificaremos que elas representavam, em 1994, cerca de 30% do emprego total e deverão responder por cerca de 50% do emprego total projetado para o ano de 2005. Por outro lado, dessas 30 ocupações de maior crescimento projetado, aquelas que podem ser classificadas como sendo “intensivas em conhecimento” representavam, em 1994, cerca de 7% do emprego total e, para o ano de 2005, deverão representar 13% do emprego total (Henwood, 1997).

Portanto, essa evidência empírica para a economia americana não dá suporte à tese de que as transformações tecnológicas estão gerando hiato entre os requerimentos de qualificação dos trabalhadores exigidos pelas empresas e aqueles ofertados pelos trabalhadores. Ou seja, os dados disponíveis não parecem indicar que exista um significativo “hiato de qualificação” no mercado de trabalho americano.

Muitos, certamente, fariam a seguinte contra-argumentação: os dados demonstram que existe uma crescente desigualdade entre os salários dos trabalhadores qualificados e não-qualificados, e isso é uma forte evidência de que as transformações tecnológicas estão, de fato, criando um “hiato de qualificação” entre a demanda e a oferta de trabalho.

¹ Nessa seção só iremos comentar sobre os dados para a economia americana. A razão para isso é que essa é a maior e mais desregulamentada economia do globo

Mais uma vez, uma análise mais cuidadosa da evidência empírica não dá suporte a essa tese, tão popular nos dias de hoje. Deve-se destacar, em primeiro lugar, que é inegável que tem havido um aumento da desigualdade salarial entre as diferentes categorias de trabalhadores. No entanto, esse aumento das desigualdades não parece estar associada com a questão da qualificação versus não-qualificação dos trabalhadores. Como argumenta Henwood (1997, p. 21),

"most of the increase in inequality over the last twenty-five years has come within demographic groups - people grouped by occupation, age, sex, and schooling - and not between them. A better place to look for explanations of polarization [i.e., aumento da desigualdade salarial] would be the erosion of the working class's bargaining power because of union busting, deregulation, and capital mobility".

Por outro lado, o comportamento recente dos salários reais para a economia americana mostra que

"the falling wages that the blue-collor, non-college-educated workforce experienced throughout the 1980s, then have gone upscale toward the end of the 1980s and through the first half of the 1990s, spreading to higher-wage, white-collor men and to middle-wage women... Young college graduates have not been spare. Male college graduates with one to five years experience earned 9.5% less in 1995 than in 1989 (after a 10.7% decline in the 1980s). Their female counterpart were earnings 7.7% less in 1995 than 1989 (after an 11.2% increase in the 1980s)". (The State of Working America, 1996-1997, Executive Summary, p. 3-4).

Finalmente, a hipótese de que as transformações tecnológicas explicam o aumento das desigualdades salariais² também não recebe suporte quando se analisa o impacto da tecnologia sobre a produtividade, a estrutura do emprego e as desigualdades dos níveis salariais. De fato,

"The evidence suggests that the overall impact of technology on the wage and employment structure was no greater in the 1980s and 1990s than in the 1970s. Productive growth, for example, was lackluster in the 1980s and 1990s, not what we would expect if technology were inducing a widespread restructuring of the economy. It is also difficult to reconcile the idea that technology is bidding up the wages of 'more skilled' and 'more educated' workers given the stagnation since 1989 in the wages of many colleges graduates and whit-collor workers. Technology has been and continues to be an important force in shaping the economy, but no evidence exists that a 'technology shock' during the 1980s and 1990s created a demand for 'skill' that could not be satisfied by the ongoing expansion of the educational attainment of the workforce." (The State of Working America, 1996-97, Executive Summary, p. 4).

Vejamos agora a proposição de que as transformações tecnológicas estariam revolucionando as relações de trabalho, ou seja que essas transformações estariam criando uma sociedade que é, cada vez mais, **"sem emprego mas não sem trabalho"**.

Cabe lembrar, inicialmente, que a última recessão por que passou a economia americana foi no período 1990-91. Em 1991, a taxa de desemprego foi de 6.7% e no período inicial de recuperação (1992) ela aumentou para 7.4%. Ou seja, a recuperação do nível das atividades econômicas não foi acompanhada por uma correspondente elevação do nível do emprego. Com isso, essa recuperação foi caracterizada como sendo "jobless". Para os analistas "modernos", esse fato foi interpretado como evidência de que a economia passava por profundas transformações estruturais, relacionadas com a introdução de

² Um dos fatores importantes, mas pouco mencionado, do aumento das desigualdades na estrutura salarial dos EUA se relaciona com a despropositada elevação da remuneração dos presidentes das grandes corporações (CEO) que ocorreu a partir do anos 1980. Em 1978, esses executivos recebiam cerca de 60 vezes mais do que a remuneração do trabalhador médio. Em 1989, essa relação passou para 122 vezes e em 1995 era de 173 vezes.

novas tecnologias baseadas na informática e na globalização da economia. No entanto, apartir de 1992, a expansão econômica começou a criar empregos (ainda que num ritmo mais lento do que nos períodos de recuperação anteriores) e taxa de desemprego começou a declinar, estando, nos dias de hoje, em cerca de 5.4%. Mas a questão mais importante para nós, nesse momento, é saber se tem havido um aumento significativo nas formas alternativas de emprego, ou, dito de outra maneira, se tem havido uma redução, pelo menos em termos relativos, das formas tradicionais do emprego.

Os economistas “modernos” argumentam que, como resultado dos processos de reengenharia e de “downsizing”, as empresas estão, cada vez mais, se utilizando de formas alternativas de contratação da força de trabalho. Uma dessas formas alternativas é a intensificação da contratação de trabalhadores em tempo parcial. Vejamos, então, essa evidência empírica. Os dados do BLS relacionados ao trabalho em tempo parcial são sub-divididos em duas categorias, a saber: (a) trabalho em tempo parcial por razões econômicas (na nomenclatura antiga do BLS essa categoria era denominada como trabalho em tempo parcial involuntário) e (b) trabalho em tempo parcial por razões não-econômicas (na nomenclatura antiga, trabalho em tempo parcial voluntário). Entre fevereiro de 1992 e abril de 1997, o emprego em tempo parcial cresceu em 1,4 milhões, mas todo esse crescimento se deu na categoria daqueles que trabalham em tempo parcial porque assim o desejam (i.e., trabalho em tempo parcial voluntário). Por outro lado, o emprego em tempo parcial involuntário decresceu, nesse período, em mais de 2 milhões. Assim, esses dados revelam um comportamento típico das fases de expansão dos ciclos econômicos do capitalismo. Portanto, essa evidência não dá suporte a tese de que as transformações tecnológicas estão transformando as relações de trabalho, pelo menos no que diz respeito ao trabalho em tempo parcial³.

Existe, por outro lado, evidência de que a proporção de trabalhadores temporários em relação ao emprego total está, de fato, crescendo. Portanto, essa evidência está de acordo com a tese de que a globalização está revolucionando as relações de trabalho. Mas se examinarmos os dados contidos no primeiro survey especial realizado pelo BLS em fevereiro de 1995 sobre o trabalho contingente e as formas alternativas de emprego verificaremos que

“initials results from the survey show that, in February 1995, between 2.7 and 6.0 million workers - a range of 2.2 to 4.9 percent of total employment - were in contingent jobs. this range spans three alternative estimates which were developed to assess the impact of different assumptions about which factors constitute contingent employment. The narrowest estimate includes only wage and salary workers who had been in their jobs for 1 year or less and expected their jobs to last for an additional year or less. The middle estimate added the self-employed and independent contractors who were in similar situation. In the third and broadest estimate, the limitation on how long workers had held their jobs and expected to remain in them was dropped for wage and salary workers; thus this estimate includes almost any worker who believed his or her job was temporary or not expect to continue.” (BLS, Contingent and Alternative Employment Arrangements, Report 900, Feb. 1995.)

Portanto, os dados mais recentes que estão disponíveis demonstram que a imensa maioria dos trabalhadores continuam empregados segundo as regras tradicionais de relações trabalhistas. Isso significa que é, no mínimo, prematuro se afirmar que as relações de trabalho estariam sendo revolucionando - no sentido de que o emprego, ainda que não o trabalho, esta desaparecendo no mundo globalizado.

Conforme indicamos acima, não existe evidência empírica que dê suporte a hipótese de que o crescimento da produtividade do trabalho, no mundo globalizado, seja

³ Se analisarmos a relação emprego em tempo parcial involuntário/ emprego total para os últimos 40 anos, verificaremos que essa relação não apresenta qualquer tendência de longo prazo.

exceptional em termos históricos. Os dados da tabela abaixo não indicam que esteja ocorrendo um “milagre tecnológico”⁴.

Produtividade do Trabalho (taxa anual de crescimento por década)

Década	Empresas não-agrícolas	Ind. de transformação
1950,0	-	2.1%
1960,0	2.5%	2.6%
1970,0	1.9%	2.9%
1980,0	1.1%	2.8%
1990,0	0.9%	3.1%

Vejamos agora a questão relacionada com a flexibilidade do mercado de trabalho e o desemprego.

Os economistas neoliberais têm argumentado que existe uma correlação negativa entre o grau de flexibilidade do mercado de trabalho e a taxa de desemprego. Mais especificamente, eles argumentam que quanto maior for a flexibilidade do mercado de trabalho menor será a taxa de desemprego. Como corroboração dessa relação, eles usualmente contrastam as “baixas” taxas de desemprego da economia americana, que apresenta um alto grau de flexibilidade, com as elevadas taxas de desemprego dos países europeus, cujos mercados de trabalho, em geral, são bastante rígidos. Essa evidência empírica serviria para demonstrar, segundo os neoliberais, que uma das principais causas do desemprego está no baixo grau de flexibilidade do mercado de trabalho. Portanto, afirmam eles, a redução do desemprego passa pela flexibilização do mercado de trabalho.

Vamos, pois, examinar os dados de taxas de desemprego, para período 1950-96, para alguns países cujos mercados de trabalho apresentam um elevado grau de flexibilidade (por exemplo, EUA e Reino Unido dos anos 1980 em diante) e para países cujos mercados de trabalho apresentam baixos graus de flexibilidade (por exemplo, Alemanha, Japão e Suécia). Cabe salientar que, com exceção do Reino Unido, não houve mudanças significativas no grau de flexibilidade do mercado de trabalho no período em tela.

Os dados da tabela abaixo, mais uma vez, não dão suporte ao argumento neoliberal. As taxas de desemprego da economia americana (cujo mercado de trabalho possui elevado grau de flexibilidade) foram, durante as décadas de 1960 e 1970, bastante superiores aquelas apresentadas pelos países cujo mercado de trabalho são muito rígidos (Alemanha, Suécia e Japão). Na década de 1980, as taxas de desemprego, em todos os países sob análise, se elevaram. Apenas na década de 1990 é que se observa que as taxas de desemprego dos Estados Unidos ficam abaixo das taxas de desemprego dos países cujos mercados de trabalho são rígidos. Mas a explicação para esse fato não parece se relacionar nem com as diferenças nos graus de flexibilidade do mercado e nem com a hipótese de que as economias estejam passando por uma revolução tecnológica que tem reduzido, de forma drástica, a relação crescimento do emprego/crescimento do PIB. Na verdade, a elevação do desemprego no Japão e nos países europeus em geral parece ser o resultado da desaceleração no ritmo de crescimento do produto nesses países. Conforme argumenta Henwood (1997, p. 28-29)

⁴ Os dados mostram uma aceleração no ritmo do crescimento da produtividade do trabalho na década de 1990, para a indústria de transformação. Mas cabe ressaltar, em primeiro lugar, que essa pequena aceleração não se configura como sendo o resultado de um “choque tecnológico”. Em segundo lugar, esse dado para a indústria de transformação pode estar superestimado, devido a tercerização que tem ocorrido principalmente no setor industrial.

"In the 1960s, for example, Japanese GDP growth averaged 10.5 percent a year - and employment growth, 1.5 percent, a difference of 9 percentage points. The Western European economies that were enjoying fabulous, if not quite Japanese, rates of growth between the early 1950s and the early 1970s also saw employment growth trail GDP growth by 2 to 4 percentage points. As growth fell for Japan and Western Europe in the early 1990s, employment fell proportionally with it. Nothing magical has happened to sever growth in real GDP and growth in employment.

Taxas de Desemprego (conceitos similares), 1959-97

Ano	EUA	Reino Unido	Japão	Alemanha	Suécia
1959,0	5,5	2,8	2,3	2,0	1,7
1960,0	5,5	2,2	1,7	1,1	1,7
1961,0	6,7	2,0	1,5	0,6	1,5
1962,0	5,5	2,7	1,3	0,6	1,5
1963,0	5,7	3,3	1,3	0,5	1,7
1964,0	5,2	2,5	1,2	0,4	1,6
1965,0	4,5	2,1	1,2	0,3	1,2
1966,0	3,8	2,3	1,4	0,3	1,6
1967,0	3,8	3,3	1,3	1,3	2,1
1968,0	3,6	3,2	1,2	1,1	2,2
1969,0	3,5	3,1	1,1	0,6	1,9
1970,0	4,9	3,1	1,2	0,5	1,5
1971,0	5,9	3,9	1,3	0,6	2,6
1972,0	5,6	4,2	1,4	0,7	2,7
1973,0	4,9	3,2	1,3	0,7	2,5
1974,0	5,6	3,1	1,4	1,6	2,0
1975,0	8,5	4,6	1,9	3,4	1,6
1976,0	7,7	5,9	2,0	3,4	1,6
1977,0	7,1	6,4	2,0	3,4	1,8
1978,0	6,1	6,3	2,3	3,3	2,2
1979,0	5,8	5,4	2,1	2,9	2,1
1980,0	7,1	7,0	2,0	2,8	2,0
1981,0	7,6	10,3	2,2	4,0	2,5
1982,0	9,7	11,3	2,4	5,6	3,1
1983,0	9,6	11,8	2,7	6,9	3,5
1984,0	7,5	11,8	2,8	7,1	3,1
1985,0	7,2	11,2	2,6	7,2	2,8
1986,0	7,0	11,2	2,8	6,6	2,6
1987,0	6,2	10,3	2,9	6,3	1,9
1988,0	5,5	8,6	2,5	6,3	1,6
1989,0	5,3	7,3	2,3	5,7	1,3
1990,0	5,5	6,9	2,1	5,0	1,5
1991,0	6,7	8,8	2,1	4,3	2,6
1992,0	7,4	10,0	2,2	4,6	4,7
1993,0	6,8	10,4	2,5	5,8	8,1
1994,0	6,1	-	2,9	6,5	9,7
1995,0	5,6	-	3,2	6,6	9,1
1996,0	5,4	-	3,4	7,3	10,3

Finalmente, cabe salientar que a reengenharia e o downsizing parecem estar mais relacionados com as pressões de Wall Street por maiores lucros e, por conseguinte, para elevar os preços das ações na bolsa de valores do que por necessidades ditadas pela tecnologia ou pela concorrência globalizada.

2 A Globalização em Perspectiva Histórica

Se compararmos a economia mundial da década de 1990 com a economia do período da chamada Idade Dourada (1950-73), constata-se que o mundo hoje é significativamente diferente e, sem dúvida alguma, mais globalizado do que naquele período. Por exemplo, a relação do valor das exportações sobre o PIB (que serve como um indicador do “grau de globalização”) mostra que, nos dias de hoje, o mundo é, de fato, mais globalizado do que durante a Idade Dourada. No entanto, se olharmos mais para trás na história, mais precisamente para o período 1875-1930, verificaremos que o mundo era, então, tão ou mais globalizado do que hoje em dia. De fato, a economia de nossos dias se parece muito mais com a do período 1875-1930 do que com a da Idade Dourada, ainda que existam muitas diferenças importantes. Mais do que dados estatísticos, a seguinte citação de Keynes (escrita em 1919), ao descrever o mundo do período 1875-1913 visto de Londres, serve para ilustrar a globalização daquele período. De tal sorte, que um leitor desavisado poderia pensar que a descrição se refere aos dias de hoje (a não ser pela referência as viagens internacionais).

The inhabitant of London could order by telephone, sipping his morning tea in bed, the various products of the whole earth, in such quantity as he might see fit, and reasonably expect their early delivery upon his doorstep; he could at the same moment and by the same means adventure his wealth in the natural resources and new enterprises of any quarter of the world, and share, without exertion or even trouble, in their prospective fruits and advantages; or he could decide to couple the security of his fortunes with the good faith of the townspeople of any substantial municipality in any continent that fancy or information might recommend. He could secure forthwith, if he wished it, cheap and comfortable means of transit to any country or climate without passport or other formality, could dispatch his servant to the neighbouring office of a bank for such supply of the precious metal as might seem convenient, and could then proceed abroad to foreign quarters, without knowledge of their religion, language, or customs, bearing coined wealth upon his person, and could consider himself greatly aggrieved and much surprised at the least interference. But, most important of all, he regarded this state of affairs as normal, certain, and permanent, except in the direction of further improvement, and any deviation from it as aberrant, scandalous, and avoidable. (Keynes, 1984, p. 6).

Em relação ao mercado de trabalho, as propostas neoliberais para sua “flexibilização” procuram apenas reconstituir as principais características do mercado de trabalho do período 1870-1930. Durante aquele período, a legislação social era mínima e a força dos capitalistas era máxima. Ou seja, o mercado de trabalho se caracterizava pela sua “flexibilidade”.

Parece-me também importante lembrar de que no final do século passado, um número significativo dos trabalhadores não eram empregados diretos das empresas, mas sim sub-contratado pelo contramestre (i.e., usando-se um termo moderno, o trabalho era, em parte, terceirizado). Dobb (1971, p. 325) por exemplo, indica que “até 1870 o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o empreiteiro intermediário, ao mesmo tempo um empregado, e por sua vez um pequeno empregador. Na verdade, o operário especializado em meados do século XIX tendia a ser em certa medida um empreiteiro, e na psicologia e aparência trazia as marcas dessa posição”.

Como se vê, as concepções “modernas” expressas acima por James Meadow, da AT&T, não são muito diferentes das principais características do mercado de trabalho

do século XIX. O que é apresentado como novo, moderno, representa, de fato, apenas no retorno das relações da trabalho que vigiram no passado. Talvez, a grande diferença entre o passado e o presente está no fato de que atualmente os capitalistas têm o controle do processo de trabalho, o que não ocorria no passado.

A questão seguinte é saber se o desempenho econômico do capitalismo desregulamentado (i.e., sob a regulamentação dos princípios neoliberais) é superior ao do capitalismo regulamentado (i.e., do capitalismo da Idade Dourada). Como se sabe, a economia da chamada Idade Dourada (1950-73) caracterizava-se pela vigência de significativas regulamentações dos mercados de trabalho e de mercadorias e, também, da existência de importantes restrições à mobilidade do capital a nível internacional. Apesar disso - e contradizendo as predições dos neoliberais -, as economias capitalistas desenvolvidas apresentaram, conforme demonstra a tabela abaixo, durante este período um desempenho econômico e social significativamente melhor do que aquele apresentado durante o 1875-1913. Período durante o qual a organização dessas economias mais próxima esteve do modelo neoliberal. Portanto, foi justamente durante a chamada Idade Dourada que os países capitalistas avançados apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento econômico e da produtividade do trabalho, as menores taxas de desemprego e significativas reduções da pobreza e das desigualdades sociais.

Taxa Anual Média de Crescimento (16 países da OECD)

Período	PIB	PIB PER CAPITA	VALOR DAS EXP.
1870 - 1913	2,5%	1,4%	3,9%
1913 - 50	1,9%	1,2%	1,0%
1950 - 73	4,9%	3,8%	8,6%
1973 - 79	2,5%	2,8%	4,8%
1990 - 96	2,5%	-	-

Em resumo, sob o ponto de vista histórico, o capitalismo regulamentado e com forte interferência do Estado do período 1950-73 (a chamada Idade Dourada) é que aparece como sendo uma exceção. O mundo "globalizado" de hoje aparece como uma reversão ao padrão típico de desenvolvimento econômico capitalista. As consequências desse desenvolvimento tem sido as seguintes: crescente instabilidade nos mercados financeiros, aumento do desemprego e da precariedade do emprego, queda dos salários reais, aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Cabe perguntar: o que há de tão novo em relação a esses resultados?

3 Neoliberalismo: teoria e resultados empíricos

Vamos agora examinar a segunda questão, ou seja: é verdade que uma economia regulada apenas pelo livre funcionamento dos mercados irá se caracterizar pelo pleno emprego e pela maximização do bem estar coletivo?

Adam Smith foi o primeiro economista a postular que, numa economia de livre mercado, a concorrência (i.e, a "mão invisível") levaria a economia a uma situação de equilíbrio, onde o bem estar da sociedade como um todo seria o maior possível. Ele, no entanto, não provou que isso fosse necessariamente verdadeiro. Coube a teoria neoclássica do equilíbrio geral provar, matematicamente, que - partindo-se das hipóteses do comportamento maximizador dos agentes econômicos, de uma dada distribuição inicial dos recursos e da hipótese da concorrência perfeita - existe um vetor de preços para o qual haverá equilíbrio em todos os mercados. Os economista neoclássicos também demonstraram que esse equilíbrio é Pareto-ótimo, ou seja, que qualquer re-alocação dos recursos com vista a melhorar a situação de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, (digamos, através de uma ação governamental) pioraria a situação de pelo menos algum outro indivíduo.

A partir desses teoremas da teoria do equilíbrio geral, muitos economistas têm argumentado que o equilíbrio neoclássico é socialmente ótimo, e portanto desejável. No entanto, como Frank Hahn (1981, p. 126) indicou, “a bad nomenclature [i.e., Pareto-ótimo] in the literature, together with much carelessness in textbooks, often misleads people into think that there is a theorem which claims that a competitive equilibrium is social optimal. There is no such claim”. Mas é evidente que os ideólogos do neoliberalismo afirmam precisamente, apesar da inexistência da demonstração matemática, que o livre funcionamento dos mercados resultará numa situação que é socialmente ótima.

Deve-se também ressaltar que não existe qualquer prova de que a “mão invisível” (i.e., a concorrência perfeita) leve necessariamente a economia a esse equilíbrio. Existem muitos exemplos teóricos não-patológicos aonde a economia não converge para o seu equilíbrio. Segundo Hahn (1981, p.123), “General Equilibrium Theory as classically stated by Arrow and Debreu (1954 and 1959) is near the end of that road [i.e., a tentativa de explicar porque uma economia descentralizada não é caótica]. Now that we have got there we find it less enlightening than we had expected. The reason is partly that the world has moved on and is no longer as decentralized as it used to be, and partly that the road we pursued was excessively straight and narrow and made - we now feel - with too little allowance for the wild and varied terrain it had to traverse.”

Portanto, não existe apoio da teoria neoclássica para se afirmar de que as livres forças de mercado gerem o pleno emprego e justiça social.

Vejamos agora, de uma forma bastante breve, os principais resultados da implantação de um programa neoliberal para a economia chilena.

O Chile de Pinochet, a partir de 1975, se transformou num laboratório de experimentação das políticas neoliberais. Os resultados obtidos têm sido apregoados com tendo tido um grande sucesso. Por isso, as agências internacionais e o governo americano têm “incentivado” os países do terceiro mundo a seguir o exemplo chileno.

No início de 1990, quando o primeiro presidente eleito após 17 anos assumiu o governo, os indicadores macroeconômicos eram, quando comparados com os demais países subdesenvolvidos - e desconsiderarmos o desempenho econômico da década de 80 - bastante positivos. No entanto, uma análise mais cuidadosa mostra que o experimento neoliberal fracassou no Chile. De fato, durante a profunda recessão de 1982-84, em grande parte consequência do neoliberalismo, o governo Pinochet foi forçado a estatizar (novamente) o sistema bancário e a quebra de muitas empresas industriais forçou o governo a implementar um programa de ajuda a essas empresas. Uma análise imparcial do resultados obtidos durante o experimento neoliberal chileno mostra os seguintes resultados (Collins, Lear, 1995):

1. o celebrado crescimento econômico do final dos anos 80 deve ser examinado levando-se em conta as duas recessões catastróficas de 1975 e 1982. Apenas em 1989 (portanto, 14 anos depois da adoção das políticas neoliberais) é que o PIB per capita voltou atingir o nível de 1970.
2. o grau de pobreza aumentou significativamente: passando de 20% em 1970 para 41% em 1990.
3. ocorreu um aumento significativo da concentração da renda, principalmente às custas da classe média: os 10% mais ricos aumentaram sua participação no total da renda nacional de 37% para 47% durante esse período;
4. a dívida externa passou de US\$ 5 bilhões para US\$ 21 bilhões, se constituindo num dos maiores endividamentos per capita do mundo;
5. o resultado da total flexibilidade do mercado de trabalho foi o seguinte: as condições de trabalho que atualmente prevalecem no Chile relembram aquelas que vigiam no capitalismo do século XIX da Inglaterra.

As políticas neoliberais que estão sendo adotadas nos Estados Unidos desde o início dos anos 1980 também têm resultado na elevação da concentração da renda e da riqueza, no aumento da pobreza, no aumento da precariedade dos empregos, na redu-

ção dos salários reais e no aumento do número das horas trabalhadas por parte dos trabalhadores.

Portanto, pode-se afirmar que o resultado das políticas neoliberais são, no chamado capitalismo globalizado de nossos dias, bastantes similares àquelas prevalecentes no capitalismo do século XIX, a saber: o aumento do desemprego e da pobreza num polo corresponde ao aumento da riqueza e do excesso de capital no outro polo; aumento da instabilidade financeira e da especulação; redução dos salários reais e aumento da precariedade do emprego.

4 Existem Alternativas ao Neoliberalismo?

O colapso dos países comunistas foi interpretado como uma demonstração de que o socialismo seria economicamente inviável. Por outro lado, os fracassos das tentativas de se implementar as políticas macroeconômicas de estímulo da economia nacional, segundo a visão dominante de nossos dias, demonstrariam os limites que a ação do governo passava a ter num ambiente de crescente globalização. O exemplo mais contundente disso, como indicamos acima, foi o fracasso do programa econômico do período 1981-83 implementado na França pelo Governo Mitterand. Essas evidências pareceriam indicar, portanto, que com a globalização da economia existiria apenas uma alternativa de desenvolvimento econômico: o neoliberalismo. Assim, a desregulamentação da economia, as privatizações, a abertura externa e a livre movimentação do capital a nível internacional (apenas em relação ao trabalho os neoliberais não advogaram por sua livre mobilidade em termos internacionais) se tornaram no novo dogma econômico.

Como vimos anteriormente, a própria teoria econômica neoclássica mostra que os mercados falham e que por isso mesmo são necessárias políticas públicas para corrigir essas falhas dos mercados. Por outro lado, a evidência empírica, confirmando as previsões da teoria de Marx⁵, demonstram a regulação da vida econômica da sociedade pelos livres mercados resultam na concentração da renda, no aumento do desemprego, da pobreza, da especulação financeira e da instabilidade do sistema econômico. Não há, pois, qualquer surpresa pelo fato de que, em geral, a implantação de um programa de reformas neoliberais resulte no acirramento dos conflitos sociais.

Uma alternativa que tem surgido nos últimos anos ao neoliberalismo puro é a proposta de alguns teóricos "social-democratas" que se baseia no princípio de que como os mercados falham e/ou nem sempre trazem os resultados esperados, cabe ao Estado a ajudar as empresas de seus países a obterem vantagens competitivas. O argumento básico é o seguinte: nos países que são relativamente atrasados sob o ponto de vista tecnológico, as tentativas de estimular a economia através das políticas macroeconômicas de inspiração keynesiana resultará apenas na elevação das importações e, portanto, numa deterioração do balanço de pagamentos do país. Essa deterioração irá resultar, mais cedo ou mais tarde, na necessidade de se conter o crescimento econômico para se evitar uma crise externa. Assim, num mundo globalizado, as políticas macroeconômicas tradicionais de inspiração social-democrata se tornaram ineficazes,

⁵ Essa também parece ser a opinião de alguns economistas que trabalham no mercado financeiro. Por exemplo, na revista *The New Yorker* (oct., 20-27, 1997), John Cassidy escreveu um artigo cujo título é: *The Return of Karl Marx*. A motivação para escrever esse artigo foi um reencontro com um ex-colega do curso de economia de Oxford, que atualmente trabalha numa dos grandes bancos de investimento de Wall Street. Como narra Cassidy, "Between dips in his pool, we discussed the economy and speculated about how long the current financial boom would last. To my surprise, he brought up Karl Marx. 'the longer I spend on Wall Street, the more convinced I am that Marx was right', he said. I assumed he was joking. 'There is a Nobel Prize waiting for the economist who resurrects Marx and puts it all together in a coherent model', he continue quite seriously. 'I am absolutely convinced that Marx's approach is the best way to look at capitalism.'"

mas isso não significa que apenas o livre funcionamento dos mercados será suficiente para propiciar um desenvolvimento auto-sustentado da economia nacional. Segundo esses economistas, cabe ao governo atuar no sentido de ajudar a reduzir os custos de produção e circulação das mercadorias para tornar as empresas mais competitivas nos mercados mundiais. Ou seja, o governo também deve atuar na economia, mas não no sentido de proteger os trabalhadores dos efeitos negativos do capitalismo, mas sim no sentido de implementar, por exemplo, programas de treinamento da mão de obra, de impor restrições ao aumento dos salários (ou mesmo redução dos salários) com vistas a ampliar a competitividade das empresas nacionais e, dessa forma, ampliar o nível de produção e de emprego no país.

Essa proposta evitaria, segundo seus proponentes, a ilusão dos teóricos neoliberais “puros” de que o livre comércio e a desregulamentação dos mercados são suficientes para levar uma economia ao pleno emprego e ao equilíbrio das contas externas. Ao contrário, eles propõem que o governo assuma um papel limitado, mas ativo, de criação de vantagem competitiva para as empresas “nacionais”. Mas cabe registrar que essa proposta aceita, implicitamente, a hipótese neoliberal de que o capitalismo não possui barreiras internas ao processo de acumulação de capital - existem apenas barreiras externas sobre as quais o Estado pode (e deve) agir para criar as vantagens competitivas para as empresas nacionais na “guerra econômica” que ocorre nos mercados internacionais. Ou seja, o fator essencial para o sucesso econômico de uma nação estaria na capacidade de suas empresas em reduzir os custos de produção e de circulação das mercadorias. A garantia da manutenção do nível de emprego, tanto ao nível microeconômico quanto macroeconômico, dependeria, fundamentalmente, da capacidade das empresas “nacionais” de se manterem competitivas nos mercados internacionais. No entanto, os trabalhadores - agora elevados, evidentemente que apenas ao nível do discurso, à condição de parceiros dos capitalistas - também devem dar a sua cota de contribuição para o aumento da competitividade das empresas: eles devem aceitar a redução dos salários diretos e indiretos. Em outras palavras, a ‘guerra econômica’ das nações no mercado internacional requer não só que os trabalhadores de cada país trabalhem mais e ganhem menos, mas também que haja na redução (ou mesmo eliminação, se possível) do sistema de seguridade social que, ao onerar as empresas, acaba por reduzir a competitividade das mesmas. A prioridade da ação governamental não pode mais ser, como advogava a social-democracia tradicional, o da implementação de políticas macroeconômicas de preservação do pleno emprego e de um amplo sistema de seguridade social, mas sim o implementar as reformas que permitam o livre funcionamento das forças de mercado e o de ajudar as empresas a obterem vantagens competitivas.

Uma análise mesmo superficial dessa proposta mostra, de forma clara, seus limites. Não é possível que todos os países, em conjunto, obtenham superávit nas suas contas externas. Também deve-se considerar que a internacionalização dos mercados financeiros coloca fortes obstáculos à adoção das políticas industriais que esse teórico propõem. Mesmo as políticas governamentais de estímulo da economia pelo lado da redução dos custos e de estímulo da oferta possuam pouca margem de manobra num mundo globalizado. Cabe também ressaltar que essas propostas dos novos (i.e., modernos) social-democratas diferem radicalmente das propostas dos antigos social-democratas. Estes últimos, tinham como objetivo básico o de proteger ou ajudar aos trabalhadores em suas lutas contra os capitais. Os modernos tem como objetivo básico ajudar as empresas nacionais (i.e., capitalistas) a vencerem na guerra econômica global e, dessa forma indireta, beneficiam os trabalhadores do país.

Cabe destacar que ainda que seja verdade de que a internacionalização do capitalismo aumentou a subjugação dos trabalhadores e capitalistas aos imperativos do mercado e que isso, por consequência, coloca certos limites estritos a uma política econômica nacional que seja voltada aos interesses dos trabalhadores, disso não se segue de que essas duas variantes do neoliberalismo sejam as únicas alternativas

possíveis. Em primeiro lugar, porque os limites que o neoliberalismo impõe à ação da política econômica dependem da aceitação das relações de propriedade (i.e., a propriedade privada dos MP) e de poder que caracterizam o capitalismo. Se questionarmos essas premissas, abrem-se espaços para outras alternativas.

A globalização (na verdade, a universalização do capitalismo) significa que o mercado tem se tornado, crescentemente, no regulador da economia e de toda a vida social e política dos países. Essa expansão da regulação do mercado, por sua vez, corresponde a uma restrição do poder democrático dos cidadãos. Tudo o que for regulado pelo mercado, deixa de estar sujeito ao controle e decisão democrática dos cidadãos.

Portanto, a globalização da economia implica, de fato, numa redução do escopo da democracia: esta se torna, cada vez mais, em apenas direitos formais e em eleições. Portanto, uma alternativa à globalização e as políticas neoliberais consiste na luta pela expansão da democracia, tanto na esfera política como econômica. Em termos mais concretos, uma alternativa à globalização e ao neoliberalismo passa pela ampliação da democracia, o que pode ser atingida através das seguintes medidas: (a) democratização da gestão dos fundos de propriedade coletiva dos trabalhadores e o uso de parcela desses recursos no interesse dos trabalhadores; (b) incentivo a democratização da gestão das empresas; (c) incentivo a criação de empresas cooperativas; (d) reforma agrária; (f) democratização da propriedade do capital.

5 Conclusão

A análise apresentada acima mostrou que o chamado capitalismo globalizado não é regido por leis diferente daquelas que regulavam o capitalismo do século XIX. Mais ainda, que os resultados econômicos e sociais gerados por esse capitalismo não são distintos daqueles que levaram ao surgimento do movimento socialista, a saber: desemprego, pobreza, concentração da renda e da riqueza. O capitalismo desregulamentado do século passado, não levou os socialistas, especialmente Marx, à conclusão de que não haveria alternativa ao capitalismo. Ao contrário, precisamente porque o capitalismo tinha um caráter globalizante (i.e., tendia a se tornar o modo de produção universal), Marx concluiu que a luta dos trabalhadores deveria conduzida ao nível internacional e o objetivo último dessa luta seria a de realizar a revolução social - ou seja, aprofundar a democracia política existente no sistema capitalista e, não menos importante, estender a democracia para as esferas social e econômica. Não me parece que qualquer desses objetivos estejam ultrapassados, ao contrario, elas estão mais atuais do que nunca.

Referências bibliográficas

BANCO DO MÉXICO. *Informe anual*, 1994. México, DC, 1995.

_____. *Informe anual*, 1995. México, DC, 1996.

CALVO, G. Comments and discussion. In: DORNBUSCH, R., WERNER, A. México : stabilization, reform and no growth. *Brookings Papers Economic Activity*, n. 1, p. 298-303, 1994.

_____. Por qué no perdona el mereato. *Gaceta de Economía*, ano 2, n. 4, p. 5-34, Primavera 1997.

DORNBUSCH, R., WERNER, A. México : estabilization, reform and no growth. *Brookings Papers Economic Activity*, n. 1, p. 253-297, 1994.

FISHER, S. Comments and discussion. In: DORNBUSCH, R., WERNER, A. Mexico : stabilization, reform and no growth. *Brookings Papers Economic Activity*, n. 1, p. 303-309.

- GIL-DIAZ, Francisco, CARSTENS, Agustín. Algunas hipótesis relacionadas con la crisis mexicana de 19 . *Gaceta de Economía*. ITAN, año 2, v. 3, p. 5067, Otoño 1996.
- LÓPEZ, G. J. Mexico's crisis : financial modernization and financial fragility. *Banca Nazionale del Lavoro Quality Review*, n. 201, p. 165-185, jun. 1997.
- LUSTING, N. Los Estados Unidos al rescate : la asistencia financiera a Mexico en 1982 y 1995. *Revista de la Cepal*.
- MCKINNON, R. I., PILL, H. *Cudikle liberalization e international capital flows : the over-borro* . Stanford : Stanford University, 1995.
- ORTÍZ MATÍNEZ, Guilherme. Como estamos manejando la crisis del peso. *El Mercado de Valores*, n. , p. 16, Feb. 1995.
- WEBBER, M., RIGBY, D. *The golden age ilusion*. New York, Londres : The Guilford Press, 1996.